



territórios negros

Informativo de apoio às Comunidades Negras e Quilombolas • Publicação de KOINONIA

ano 7 • nº 31

set./nov.2007 • ISSN1981-755x

editorial

O ano de 2007 encerra-se em uma conjuntura de crescente acirramento das posições em torno das comunidades quilombolas.

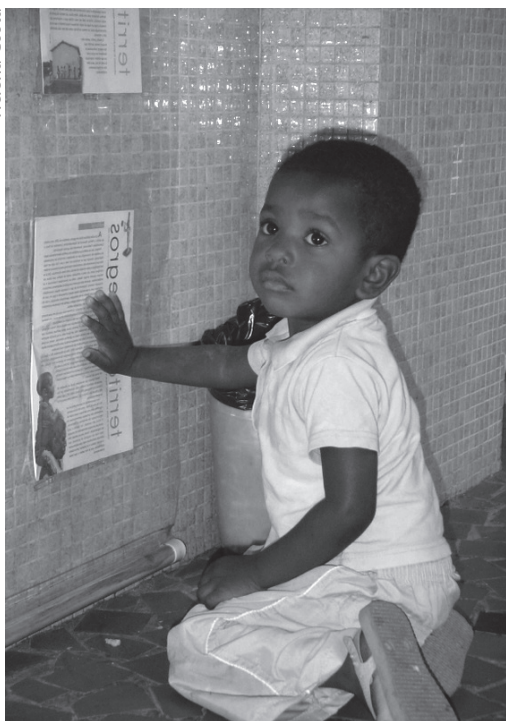
De um lado, as ações contrárias aos avanços quilombolas se expandem tanto na forma de uma campanha pública, com novos ataques da Rede Globo a uma outra comunidade, agora em Sergipe; quanto na resposta favorável do governo a tal campanha, quando decide criar novas restrições ao processo de regularização dos territórios destas comunidades. Para isso, diante da impossibilidade de alterar a legislação nacional sem ferir os acordos internacionais que mantém a boa imagem do país no exterior, o governo optou por alterar os procedimentos internos do Incra, acrescentando etapas ao processo de regularização fundiária, incluindo um maior número de órgãos a serem consultados, antecipando a intervenção do Gabinete de Segurança Institucional e abandonando o uso da noção de "território", para falar apenas, e de modo reducionista, em "terras ocupadas". Ao lermos a atual versão da Instrução Normativa do Incra a impressão é que ela desenha um processo com poucas chances de chegar ao fim com sucesso.

De outro lado, porém, é necessário reconhecer que cresce a mobilização da sociedade civil em defesa dos direitos das comunidades remanescentes de quilombos, constitucionalmente garantidos. Isso tem acontecido tanto por meio da promoção de audiências públicas estaduais e de uma missão quilombola com cerca de 500 representantes ao Congresso Nacional, quanto por meio de denúncias da sociedade civil brasileira junto ao Sistema Internacional de Direitos Humanos. Esta edição destaca duas destas ações, uma junto à Comissão de Direitos Humanos da OEA e a outra junto à ONU, em ambos os casos denunciando o desrespeito aos direitos constitucionais das populações quilombolas.

Neste contexto, o desenho dado às políticas públicas reflete a ambigüidade da postura governamental. O anúncio da Agenda Social Quilombola, por exemplo, aponta para a destinação de uma fatia orçamentária considerável para o trato da questão, cerca de 2 bilhões de reais. Mas se olharmos com atenção a composição das ações anunciadas até o momento (e que correspondem a pouco menos da metade do montante total previsto), veremos que 30% estão voltados a ações gerais (20% para a área de saúde e infraestrutura e 10% para a educação), que já são obrigações do estado com relação a toda população indistintamente, e às quais os quilombolas têm direitos com qualquer cidadão deveria ter. Apenas 14% são destinados a ações específicas, voltadas à regularização dos territórios quilombolas.

A principal demanda quilombola fecha o ano, assim, sob uma perspectiva dura: além da campanha de uma imprensa reacionária e das tomadas de decisão de um Gabinete de Segurança Institucional francamente desfavorável, ela enfrenta as novas regras que tornam o jogo da regularização territorial ainda mais duro, sob a forma de procedimentos administrativos que se assemelham a labirintos.

Helena Costa



• NACIONAL

500 QUILOMBOLAS EM BRASÍLIA

Em defesa do decreto 4.887/03, que regulamenta a demarcação e a titulação dos territórios quilombolas, representantes de comunidades de todo o País reuniram-se em Brasília com autoridades governamentais nos dias 24 e 25 de setembro. Ganhou destaque no encontro a situação dos quilombolas de Alcântara (MA), da Marabá (RJ), e de São Francisco de Paraguaçu (BA).

No dia 24, a comitiva quilombola participou de uma audiência pública na Câmara dos Deputados, organizada pela Procuradoria Geral da República. Durante a audiência, discutiram as razões que levaram a Casa Civil a criar um Grupo de Trabalho (GT) Interministerial para alterar os procedimentos de demarcação dos territórios quilombolas fechado à participação do movimento quilombola.

Diante da pressão, os quilombolas conseguiram a garantia de que o decreto presidencial seria mantido. O GT então se dedicaria a realizar mudanças na Instrução Normativa do Incra, que estabelece as etapas do processo administrativo de regularização fundiária.

Estavam presentes no encontro representantes do MDA e do Incra, da FCP e da Seppir, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da AGU e da Câmara dos Deputados, da Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial da Bahia e da Conaq.

No dia 25, os quilombolas decidiram fazer um ato de protesto na sede do Incra e exigiram a presença dos representantes do órgão. O presidente do Incra, Rolf Hackbart, afirmou que a meta neste ano é finalizar 56 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação e entregar cerca de 30 títulos a comunidades quilombolas. Até 2010, o Incra pretende assegurar recurso superior a R\$ 200 milhões para desapropriar e promover a entrega de títulos a essas comunidades.

Agência Brasil, Ambiente Brasil, ISA, MDA, O Globo, Prefeitura de Campos dos Goytacazes, Seppir

FCP DESCARTA SUSPEITAS DE FRAUDE

Depois que a Rede Globo veiculou uma série de matérias que levantavam suspeitas de fraudes em processos de regularização fundiária de comunidades quilombolas, a FCP instaurou uma sindicância interna para apurar as denúncias.

O presidente da FCP, Zulu Araújo, anunciou no dia 24/9 que o resultado das apurações não apontou qualquer desvio no processo, o que permite a continuação dos procedimentos para a certificação. "Dos 1.170 processos até hoje de reconhecimento, não há nenhuma prova e nenhum indício de que houve fraude nem na solicitação, nem nos procedimentos feitos pela Palmares", disse ele.

DENÚNCIA EM WASHINGTON

A violação dos direitos dos quilombolas foi tema de uma audiência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, realizada no dia 10 de outubro,

em Washington (EUA). A audiência foi solicitada pela Conaq, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Centro pela Justiça e o Direito Internacional (Ceji), Fase e Comissão Pró Índio de São Paulo. Essas entidades denunciaram à Comissão que o governo brasileiro não garante os direitos das comunidades tradicionais se mantendo omissas diante de ações que os quilombolas vêm sofrendo por parte de empresas multinacionais, latifundiários e grande imprensa. A lentidão dos processos de titulação dos territórios quilombolas também foi denunciada. A Conaq foi representada por Jô Brandão, que afirmou que o governo brasileiro não sabe quem são os quilombolas, quantos são e onde estão. A representante da Seppir, Givânia Maria da Silva, e a Procuradora Federal do Incra, Ana Henrique, negaram as denúncias. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos se comprometeu a monitorar a questão com recomendações e cobranças ao governo para efetivar as políticas voltadas para os quilombolas.

Fonte: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos

PROJETOS DE SANEAMENTO

No dia 19 de setembro, o governo federal lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) destinado à área de saneamento. Entre 2007 e 2010, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) prevê oferecer água e destinação adequada para o esgoto para 40 mil quilombolas, em 400 comunidades, totalizando R\$ 170 milhões de investimentos.

Fonte: Jornal Gazeta Mercantil

Funasa

Site: <http://www.funasa.gov.br/> Tel: (61) 3314 6362 / Endereço: SAS - Quadra 04 - Bloco "N" - 5º andar, Ala Norte - Brasília/DF/ CEP: 70070-040

AGENDA SOCIAL QUILOMBOLA

No dia 20 de novembro, o governo federal lançou a Agenda Social Quilombola que prevê destinar cerca de R\$ 2 bilhões para ações destinadas a comunidades quilombolas até 2011. Segundo o governo, os projetos serão desen-

volvidos em quatro eixos: acesso à terra, infra-estrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e desenvolvimento local e direitos de cidadania. Veja as principais ações e recursos previstos:

Ações anunciadas	Recursos anunciados (em milhões de R\$)	Percentual sobre o total previsto
Reconhecimento, demarcação, titulação de terra. Das 1.170 certidões de auto-reconhecimento expedidas, o Governo Federal pretende concluir 713 relatórios até 2011.	35	1,7 %
Pagamento de indenização aos ocupantes das terras demarcadas e tituladas	264	12,3%
Capacitação de 5,4 mil professores em 183 municípios	19	1 %
Construção e reforma de 950 salas de aulas	69,5	3,5 %
Universalização do acesso à alfabetização	109	5,4 %
Programa Luz para Todos: atendimento de 19,8 mil domicílios.	43,7	2,2 %
Programas Saúde da Família e Saúde Bucal em 47 municípios	193	9,6 %
Atenção à saúde dos quilombolas	4,5	0,2 %
Abastecimento de água potável encanada e melhorias sanitárias domiciliares em 548 comunidades	172	8,6 %
Total Anunciado	891,7	44,6 %

Fonte: Agência Brasil

• NOS ESTADOS

AM

CAMPANHA PELAS TERRAS DE TAMBOR

Um Ato Público, realizado no dia 24 de setembro, em Novo Airão (a 115 quilômetros de Manaus), lançou a campanha "Titulação & Indenização Já", organizada pela Associação de Moradores Remanescentes de Quilombos da Comunidade do Tambor e pela União de Negros e Negras pela Igualdade. O objetivo é exigir das autoridades a titulação das terras da comunidade do Tambor e a in-

denização das famílias que viviam na região e se viram obrigadas a sair após a criação do Parque Nacional do Jaú, em 1980. O parque é o maior em floresta tropical úmida contínua e intacta, com 2, 272 milhões de hectares. O Incra está estudando a possibilidade de regularização das terras da comunidade.

Fonte: Agência Brasil, O Portal Vermelho e Site Rede Fatos

MA

ANIVERSÁRIO DO CENTRO DE CULTURA NEGRA

No dia 19 de setembro o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN) completou 28 anos e realizou diversas atividades comemorativas como o lançamento de cartilhas sobre as comunidades de Santa Rosa dos Pretos, Ipiranga da Carminda e Fandango, localizadas no município de Itapecuru-Mirim. O CCN desenvolve ações de caráter político, social, cultural, religioso e educacional como instrumentos de resgate e valorização da cultura afro-brasileira.

Fonte: Centro de Cultura Negra do Maranhão

BANCO QUILOMBOLA

No Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, foi lançado, em Alcântara, o Banco Comunitário Quilombola (BCQA) que oferecerá financiamentos com cobrança de baixas taxas de juros e crédito pessoal, por intermédio da criação de uma moeda social chamada Guará. Essa moeda só poderá circular nas comunidades quilombolas de Alcântara. O banco foi criado pelo Banco Popular do Brasil e o Instituto Palmas de Desenvolvimento Socioeconômico, em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Governo do Estado do Maranhão e do Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária do Governo Federal.

Fonte: Portal Fator Brasil e Jornal Pequeno



PI**COMUNIDADE DE VOLTA DO CAMPO GRANDE TITULADA**

A associação de moradores da comunidade de Volta do Campo Grande, localizada no município de Campinas do Piauí (430 km de Teresina), recebeu do Governador do Estado, Wellington Dias e, do Superintendente do Incra, Evandro Cardoso, o título definitivo do território, com área de 10.897 ha. A comunidade, formada por 115 famílias, comemorou a conquista em uma festa no dia 20 de outubro.

Fonte: Grupo de discussão GT Quilombos da ABA (Associação Brasileira de Antropologia)

ARTESANATO DE JALAPÃO

Quilombolas da região do Jalapão expuseram seus produtos na Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária, realizada em Brasília de 4 a 7 de outubro. Os preços das peças dos quilombolas variaram de R\$ 5 a R\$ 300. O artesanato é fonte de renda de 23 famílias de quilombolas de Jalapão, organizadas em uma cooperativa. Com essa atividade, os quilombolas têm um faturamento de R\$ 10 mil por mês, distribuídos entre os associados. A cooperativa faz parte do Programa Compra

Direta, ligado ao Fome Zero, que permite que eles vendam seus produtos sem atravessadores.

Fonte: Agência Brasil

Programa de Compra Direta:

Esse Programa é realizado pelos governos Estaduais ou pelas Prefeituras Municipais por meio de convênios com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Para saber mais, procure a prefeitura de seu município ou faça contato com o Programa Fome Zero:

Telefone: 0800 707 2003

e-mail: fomezero@mds.gov.br

PB**RTID DE BONFIM CONCLUÍDO**

A Superintendência do Incra da Paraíba concluiu no final de setembro a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da Comunidade Bonfim, localizada no município de Areia, a 122 km de João Pessoa. A comunidade deve ser a primeira a receber o título definitivo de proprietária da terra no estado.

Fonte: Site Paraíba.com

AL**TABACARIA PERTO DA TITULAÇÃO**

No dia 15 de outubro, a 8ª Vara da Justiça Federal em Ara-

piraca (AL) garantiu a permanência de cerca de 89 famílias da comunidade de Tabacaria em uma área de 30 hectares da Fazenda Cafundó, em Palmeira dos Índios. A empresa Condic Agropecuária Ltda, responsável pela fazenda, ocupada pelos quilombolas em 2005, moveu uma ação de reintegração de posse da área. As famílias continuarão ocupando a área determinada pela Justiça até a conclusão do procedimento de titulação do território quilombola da comunidade, de 410.97 ha. O Incra publicou o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) das terras de Tabacaria no dia 2 de outubro.

Fonte: Alagoas 24 horas, Gazeta Web

SE**REDE GLOBO E LATIFUNDIÁRIOS CONTRA BREJÃO DOS NEGROS**

A comunidade Brejão dos Negros, localizada em Brejo Grande, a 137 km de Aracaju, foi tema de uma matéria jornalística da Rede Globo que questionava o auto-reconhecimento dos moradores como quilombolas. A partir de então, políticos e magistrados da região estão criando constrangimentos para os quilombolas e para a Cáritas Diocese, que apóia a comunidade. As denúncias de intimidação à comunidade e ameaças de morte ao páraqu local foram encaminhadas ao Ministério Público Federal. No dia 19 de outubro, a comunidade participou de uma audiência pública sobre o seu processo de reconhecimento como remanescente de quilombo.

Fonte: Infonet notícias e Boletim Notícias do Baixo São Francisco



Encontro de KOINONIA com as comunidades do Rio de Janeiro

Manoela Vianna

ATO A FAVOR DE SÃO FRANCISCO DE PARAGUAÇU

A comunidade de São Francisco de Paraguaçu, localizada no Recôncavo Baiano, promoveu, no dia 21 de outubro, o "Ato de solidariedade contra o racismo e pela justiça ambiental". Segundo a carta de apresentação do evento, *"O quilombo é responsável pelo atual estado de conservação e preservação do remanescente de Mata Atlântica da Serra de São Francisco do Paraguaçu, seu modo de vida tradicional extrativista possibilitou um convívio sustentável com o ambiente. No entanto, os quilombolas foram acusados de cometer crimes ambientais pela GLOBO e pela Ong AAMEN – Amigos do Engenho, fundada por fazendeiros da região com discurso de ambientalista e tem arrecadado recursos públicos e privados, nacionais e internacionais, posando de protetores da Serra."* A comunidade foi tema de três reportagens da Rede Globo que questionavam sua identidade quilombola.

Fonte: Grupo de discussão GT Quilombos da ABA (Associação Brasileira de Antropologia)

PAC QUILOMBOLA

Lideranças de 64 comunidades quilombolas baianas participaram, no final de setembro, em Salvador, de um encontro sobre definição e elaboração de projetos voltados para desenvolvimento sustentável. A iniciativa do encontro foi da Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi). Os projetos criados pelos quilombolas devem usar parte dos R\$4 bilhões destinados pelo Governo Federal por meio do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Os projetos devem

ser executados até 2010 e vão atingir 129 comunidades, das 215 existentes na Bahia e reconhecidas pela Fundação Palmares.

Fonte: Jornal Correio da Bahia

MS

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE FURNAS DA BOA SORTE

No dia 23 de outubro, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul promoveu uma audiência pública sobre o processo de titulação das terras da comunidade Furnas de Boa Sorte. Durante o evento, foi discutida a questão territorial e a retirada de não-quilombolas da área. Com a desapropriação definida, a comunidade retomará cerca de 1, 413 mil ha de seu território tradicional. Estiveram presentes representantes da Funasa, Incra e Pastoral Rural da Arquidiocese. Furnas da Boa Sorte está localizada no município de Corguinho, região norte do estado e tem aproximadamente 42 famílias, com a população total de 134 pessoas.

Fonte: Agora MS

MG

MACHADINHO PODE TER TERRITÓRIO INUNDADO

A Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado de Minas Gerais, entrou com recurso administrativo contra a concessão da Licença Prévia ao projeto de expansão da Mina Morro do Ouro, da Rio Paracatu Mineração, concedida em 30 de agosto. A expansão da mineradora causará diversos impactos ambientais e sociais. O projeto inclui a construção de uma barragem que inundará parte do território da comunidade quilombola de Ma-

chadinho, localizada no entorno do Morro do Ouro, município de Paracatu.

Fonte: Grupo de discussão GT Quilombos da ABA (Associação Brasileira de Antropologia)

AUDIÊNCIA PÚBLICA NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL

No dia 8 de outubro aconteceu uma audiência pública no Teatro da Assembleia, em Belo Horizonte. Durante o encontro, foram feitas denúncias de violação de direitos de quilombolas e realizados informes sobre os processos de regularização das comunidades. Estiveram presentes representantes da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, do Ministério Público Estadual, das defensorias públicas – estadual e federal, do Incra MG e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese). Entre os informes, o gestor de regularização de territórios quilombolas do Incra-MG, Antônio Carlos da Silva, relatou que o órgão está atuando em 11 comunidades – Brejo dos Crioulos, Gurutubanos, São Domingos, Família Amaro, Machadinho, Luízes, Mangueiras, Mumbuca, Marques, Família Teodoro e Pontinha. Segundo ele, o trabalho mais adiantado é o do Brejo dos Crioulos, envolvendo 17 mil hectares na junção entre três municípios. Silva queixou-se de que dispõe apenas de quatro auxiliares para todo o serviço.

Fonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais

RJ

KOINONIA E QUILOMBOLAS

Encontro Sul Fluminense

No dia 22 de setembro, a comunidade de Alto da Serra (Rio

Claro) recebeu mais de 25 quilombolas e a equipe do Programa Egbé Territórios Negros para a II Reunião de KOINONIA e Comunidades Quilombolas do Sul do Estado do Rio de Janeiro. Estiveram presentes quilombolas da Ilha da Marambaia (Mangaratiba), de Santana (Quatis) e de Santa Rita do Bracuí (Angra dos Reis).

A partir do tema "O que define a identidade quilombola?", os participantes da reunião discutiram a criminalização que a mídia tem feito do movimento quilombola, muitas vezes deturpando os conceitos e os direitos dessas populações. "Somos nós que temos que dizer se somos ou não quilombolas", afirmou Miguel Francisco, da comunidade de Santana (Quatis).

Este encontro foi o último da série de quatro reuniões regionais que KOINONIA passa a promover anualmente com as comunidades quilombolas do estado.

Encontro Estadual

Cerca de 100 pessoas de onze comunidades negras rurais e remanescentes de quilombo do estado do Rio de Janeiro reuniram-se durante três dias (27-29/10) para um encontro promovido por KOINONIA com os grupos atendidos pelo Programa Egbé Territórios Negros. O objetivo da reunião foi consolidar e ampliar o diálogo iniciado nos encontros regionais. O encontro contou com a presença das comunidades: Alto da Serra (Rio Claro), Cabral (Paraty), Campinho da Independência (Paraty), Caveira/ Botafogo (São Pedro da Aldeia), Ilha da Marambaia (Mangaratiba), Preto Forro (Cabo Frio), Rasa (Búzios), Sacopã (Rio de Janeiro), Santana (Quatis), Santa Rita do Bracuí (Angra dos Reis), e Travessão (Campos).

A equipe do Programa apresentou as ações desenvolvidas este ano, como as reuniões regionais. No segundo dia foram discutidos os seguintes temas: acesso a políticas públicas; o processo de regularização fundiária de cada comunidade presente; os avanços do movimento quilombola e os ataques da mídia.

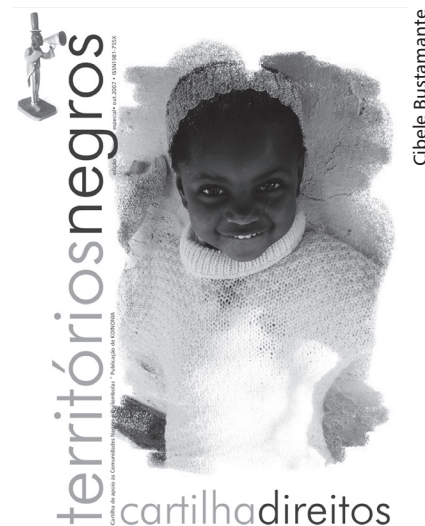
Fonte: KOINONIA

KOINONIA LANÇA CARTILHA

Durante o encontro também foi lançada a Cartilha Direitos, publicação de KOINONIA que aborda questões como a caracterização e origens das comunidades; o direito à auto-identificação; conceitos de quilombo - histórico e contemporâneo; direito à terra, entre outros. Uma parte da cartilha é toda dedicada à legislação, reunindo as principais leis brasileiras referentes aos quilombolas, bem como leis internacionais como a Convenção 169 da OIT. A Cartilha Direitos traz ainda instruções sobre procedimentos necessários para o processo de regulamentação fundiária, como a criação da associação de remanescentes de quilombos, e documentos, como o modelo de declaração de auto-identificação. Um suplemento da publicação traz um resumo das etapas do processo de regularização das terras de acordo com a Instrução Normativa nº20 do Incra.

Com base na publicação, as comunidades do estado do Rio presentes no encontro puderam apresentar para as demais em que fase do processo de regularização se encontram. A maior parte das comunidades aguarda a conclusão do relatório técnico do Incra (RTID), que determina qual o território reivindicado. Entretanto, algumas estão mais adiantadas.

Rasa e Sacopã já tiveram finalizado o relatório antropológico, uma das peças do RTID. Preto Forro está em fase de demarcação e Campinho é a única do estado titulada.



Capa Cartilha Direitos de KOINONIA

MARAMBAIA 1: DECISÃO JUDICIAL CONTRA A COMUNIDADE

Os desembargadores do Tribunal Regional Federal (TRF) negaram o pedido do Ministério Público Federal (MPF) para que uma sentença favorável à comunidade quilombola da Ilha da Marambaia (Mangaratiba) voltasse a ser válida. O julgamento foi realizado no dia 6 de setembro, em sessão aberta ao público. A sentença suspensa, do juiz da 1ª Vara Federal de Angra dos Reis, reconhecia os direitos dos quilombolas da Ilha da Marambaia, determinando que a Marinha não impedisse a construção e reforma das casas, bem como o retorno dos quilombolas expulsos da ilha. E, ainda, determinava que o Incra concluísse, no prazo de um ano, o processo de titulação, sob pena de multa.

Os quilombolas da Marambaia e algumas das entidades que integram a Campanha Marambaia Livre! compareceram à sessão no TRF. Durante o mês de agosto, a comunidade recebeu diversas manifestações de apoio, como do professor Abdias de Nascimento, do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (Ipeafro) e do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN/MA).

MARAMBAIA 2: COMEMORAÇÕES NO 20 DE NOVEMBRO

O Dia da Consciência Negra foi comemorado pelos quilombolas da Marambaia nas ruínas da senzala na praia da Armação da ilha. Cerca de 200 pessoas, entre quilombolas de outras comunidades, estiveram presentes na feijoada. Mesmo com os retrocessos no seu processo de regularização fundiária, a comunidade teve motivos para comemorar: a compra de um gerador (já que na comunidade não há rede de energia elétrica), e a aquisição de atabaques, instrumento fundamental para a expressão cultural da comunidade. Durante a festa aconteceram apresentações de capoeira, um grupo de Hip Hop e o Grupo Cultural Filhos da Marambaia.



Festa na Marambaia, RJ

Wellington Campos

MARAMBAIA 3: DENÚNCIA JUNTO À ONU

A Campanha Marambaia Livre, composta por 18 organizações e movimentos sociais, encaminhou denúncia às Nações Unidas (ONU) sobre as graves violações de direitos humanos que vêm ocorrendo contra os quilombolas da Ilha da Marambaia. O informe relata as violações ao direito à titulação da terra, à moradia adequada e ameaça de despejos forçados aos quilombolas da Ilha. O documento foi encaminhado ao Representante do Alto Secretariado de Direitos Humanos de Deslocamentos Internos, Walter Kälin, e ao Relator Especial sobre Formas Contemporâneas de Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Relacionadas de Intolerância, Doudou Diene. Com essa ação, a Campanha espera que a ONU envie ao governo brasileiro pelo menos um pedido de informações sobre o caso.

Fonte: OQ/Koinonia

PRETO FORRO TEM DIREITO A TERRITÓRIO GARANTIDO

O Incra reconheceu e declarou como território da Comunidade Remanescente de Quilombo Preto Forro a área de 90.5403 ha, situada no bairro Angelim, município de Cabo Frio. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União no dia 12 de setembro. Os quilombolas devem receber oficialmente o título das terras em breve. Preto Forro é formada por 11 famílias e teve seu processo de regu-

larização iniciado por meio de uma Ação Civil do Ministério Público Federal, de 2001, montada com base em um relatório preliminar elaborado pelo Programa Egbé Territórios Negros, de KOINONIA.

Fonte: MDA e OQ/KOINONIA

SP

AGENDA SOCIOAMBIENTAL QUILOMBOLA

Em setembro, o Instituto Socioambiental promoveu o II Seminário da Agenda Socioambiental Quilombola, em Eldorado, no Vale do Ribeira. O evento reuniu representantes de 14 comunidades quilombolas que trocaram experiências e informações sobre a realidade social, econômica e ambiental de cada uma das comunidades. O objetivo do seminário foi o de compartilhar com os parceiros das comunidades quilombolas, representantes de setores públicos e de organizações da sociedade civil, as demandas e prioridades apontadas pelas 14 comunidades quilombolas durante a primeira fase do projeto de diagnóstico socioeconômico e ambiental das comunidades quilombolas.

Fonte: Site Instituto Socioambiental

COMUNIDADE GALVÃO TITULADA

O governador do estado de São Paulo, José Serra, entregou no dia 16 de outubro, o título de propriedade da comunidade de Galvão. Durante a cerimônia, que aconteceu na cidade de Registro, no Vale do Ribeira, o governador anunciou um plano de investimentos no valor de R\$ 220 milhões para o desenvolvimento da região.

Fonte: Boletim Itesp, n. 31

TERRITÓRIO NEGRO DO BAIXO AMAZONAS

O território do Baixo Amazonas, composto pelos municípios de Oriximiná, Monte Alegre, Óbidos e Santarém, no estado do Pará, reúne 60 comunidades que descendem de quilombos, localizadas ao longo dos rios Trombetas, Erepecuru, Cuminã e Acapu.

Por volta de 1780 o cacau começou a ser cultivado na região de Santarém e Óbidos; teve início também bem a criação de gado. Tal crescimento da economia local aumentou a importância da província do Grão-Pará na economia colonial, e gerou uma necessidade maior de mão de obra. Para atender esta demanda uma grande quantidade de escravos foi trazida para a região para trabalhar nas fazendas. Os registros de fugas de escravos datam das primeiras décadas da chegada dos africanos na província.

Os escravos fugiam pelos rios à noite, subindo para as cabeceiras dos afluentes do Rio Amazonas, se espalhavam ao longo dos rios e das cachoeiras, lugares de acesso difícil, o que era um empecilho para as expedições de captura. Outra preocupação na escolha dos lugares para formar os quilombos era a viabilidade da prática agrícola suficiente para o sustento e que gerasse um excedente suficiente para um pequeno comércio. A comercialização deste excedente gerava um inserção dos quilombolas na sociedade local, estabelecendo uma rede de solidariedade e gerando recursos que viabilizavam a aquisição de outros produtos, ferramentas, entre outras coisas, que garantiam a autonomia da comunidade.

A repressão aos quilombos era uma constante no cotidiano dos aquilombados. Há registros, desde o início do século XIX, de expedições punitivas na caça e destruição dos mocambos. Os quilombos de Inferno e Cipotema, localizados as margens do Rio Curuá, foram destruídos em 1812 por uma destas expedições. Até 1888 registra-se incursões a quilombos na região. Estas ações por vezes geraram abandono de terras e moradias, e capturas de escravos. Mas a busca pela liberdade perpetuou e permanece até os dias atuais.

As comunidades quilombolas do Baixo Amazonas foram pioneiras na luta pela regularização de seus territórios. A comunidade de Boa Vista, foi a primeira a receber o título de propriedade de suas terras pelo INCRA em 1995. No período de 10 anos,

1995 a 2005, 28 comunidades do Baixo Amazonas, tiveram suas terras tituladas. Entretanto, ainda há coisas a fazer e muita disposição para isto. Faltam ainda 50% de territórios quilombolas da região a serem regularizados.

Fonte Bibliográfica:

Site CPI –SP

www.cpis.org.br/comunidades

siglas usadas nesta edição

FCP: Fundação Cultural Palmares

Funasa: Fundação Nacional de Saúde

Incra: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Seppir: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

territóriosnegros

Este informativo é parte do projeto de comunicação do Observatório Quilombola (OQ), produzido pelo programa EGBÉ TERRITÓRIOS NEGROS de KOINONIA Presença Eclesiástica e Serviço. Sua periodicidade é bimestral; com uma tiragem de 1.200 exemplares, destinada à distribuição entre as comunidades negras. Também encontra-se em formato digital no site de KOINONIA. Colabore com notícias e manifeste sua opinião.

Editor: José Maurício Arruti

Editora assistente: Rosa Peralta

Pesquisa: Andréa Carvalho, Ana Gualberto, Daniela Yabeta, Rosa Peralta

Programação visual: Cibele Bustamante

Redação: Manoela Vianna

Revisão: Helena Costa

Secretário-executivo KOINONIA: Rafael Soares de Oliveira



KOINONIA Presença Eclesiástica e Serviço
Rua Santo Amaro, 129 Glória • 22211-230
Rio de Janeiro • RJ
Tel. (21) 2224-6713 Fax (21) 2221-3016



territoriosnegros@koinonia.org.br
www.koinonia.org.br
oq@koinonia.org.br
www.koinonia.org.br/oq

APOIO



NORWEGIAN CHURCH AID



CHURCH WORLD SERVICE



Serviço das Igrejas
Evangelicais na Alemanha
para o Desenvolvimento



FORD FOUNDATION



União Europeia



The United Church Of Canada
L'Église Unie Du Canada

Esta publicação foi feita com apoio da União Europeia. O conteúdo desta publicação é da exclusiva responsabilidade de KOINONIA Presença Eclesiástica e Serviço e não pode, em caso algum, ser tomado como expressão das posições da União Europeia